



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

AUTARQUIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SJP - PREV. SÃO JOSÉ
EDITAL Nº 001/2017
DATA DA PROVA: 04/06/2017

CARGO:
ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: Questões 01 a 05; **Conhecimentos Gerais:** Questões 06 a 10;
Informática: Questões 11 a 15; **Conhecimentos Específicos:** Questões 16 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta e a realização da prova discursiva.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d,e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 05 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 5:

Cassini faz primeiro mergulho entre Saturno e seus anéis; cientistas esperam dados de qualidade inédita.

Após 13 anos em órbita, a sonda Cassini-Huygens já está enviando informações para a Terra após ter feito seu primeiro “mergulho” entre os anéis de Saturno - são 22 planejados para os próximos cinco meses.

A Cassini começou a executar a manobra - considerada difícil e delicada - na última quarta-feira e restabeleceu contato com a Nasa (agência espacial americana) na manhã desta quinta. A sonda se movimenta a 110 mil km/h, tão rapidamente que qualquer colisão com outros objetos - mesmo partículas de terra ou gelo - poderia provocar danos.

Um objetivo central é determinar a massa e, portanto, a idade dos anéis - formados, acredita-se, por gelo e água. Quanto maior a massa, mais velhos eles podem ser, talvez tão antigos quanto Saturno. Os cientistas pretendem descobrir isso ao estudar como a velocidade da sonda é alterada enquanto ela voa entre os campos gravitacionais gerados pelo planeta e pelas faixas de gelo que giram em torno dele.

Fragmento do texto publicado no site da BBC Brasil, por Jonathan Amos, correspondente de Ciência da BBC, dia 27 de abril de 2017.

01. Quanto à função e tipo do texto, é CORRETO afirmar que se trata de:

- a) texto jornalístico cuja função é emitir opinião política a respeito de avanços científicos recentes.
- b) reportagem de cunho científico cuja função é relatar os conhecimentos obtidos pela Nasa em Saturno.
- c) texto de divulgação científica cuja função é criticar o apoio da sonda Cassini-Huygens.
- d) análise de caso realizada pela sonda Cassini-Huygens cuja função é alertar os leitores a respeito dos perigos dos novos avanços científicos.
- e) artigo de inovação científica demonstrando as capacidades atuais da Nasa em atuar nos planetas de outras galáxias.

02. A respeito do termo JÁ, presente na frase: “Após 13 anos em órbita, a sonda Cassini-Huygens já está enviando informações para a Terra”, é CORRETO afirmar que se trata de um advérbio de:

- a) lugar, usado para marcar uma relação de causa e efeito com a oração anterior, que aponta a data de seu lançamento.

b) tempo, utilizado para marcar uma relação temporal com o fato de a sonda estar operando, após 13 anos de seu lançamento.

c) afirmação, utilizado para enfatizar a maneira como a sonda tem operado, desde 13 anos de seu lançamento.

d) modo, usado com o intuito de diferenciar a relação de tempo e espaço no universo.

e) negação, usado para reiterar a improbabilidade de atuação de sondas enviadas no espaço.

03. A respeito do acento no termo TÊM, presente na frase: “Os mergulhos programados para chegar bem perto de Saturno têm por objetivo obter informações de qualidade máxima”, é CORRETO afirmar que se classifica como circunflexo, e sua função nesse caso é:

- a) indicar que se trata de uma paroxítona terminada em M e, por isso, deve ser acentuada.
- b) pontuar a fusão dos dois elementos consonantais, a saber, as duas letras E.
- c) apontar que o sujeito está no plural e, por isso, deve receber o acento diferencial.
- d) indicar que o termo deve ser acentuado por razões meramente fonéticas, independentemente se o sujeito está no singular ou no plural.
- e) marcar a nasalização do som ao pronunciar o termo, não havendo necessariamente relação com singular e plural.

04. O termo ISSO, presente na última frase do texto: “Os cientistas pretendem descobrir isso”, se refere a:

- a) idade dos anéis.
- b) campos gravitacionais.
- c) velocidade da sonda.
- d) distância de Saturno em relação à Terra.
- e) descobertas dos cientistas.

05. Ainda a respeito do termo ISSO, é CORRETO afirmar que se classifica como pronome:

- a) de tratamento, podendo ser substituído em outros casos por “esse” ou “essa”, de acordo com a necessidade de marcar o gênero.
- b) pessoal, podendo ser substituído em outros casos por “isto”, de acordo com a necessidade de marcar a distância de quem fala e do objeto a que se refere.
- c) relativo e não pode ser substituído sem alteração do sentido da frase no texto e contexto em que está inserido.
- d) demonstrativo e pode situar um termo, um conceito, uma frase ou até mesmo algo fora do texto, no contexto em que está inserido.
- e) indefinido, utilizado para indicar algo que possui relação direta com o contexto em que está inserido.

QUESTÕES 06 A 10 - CONHECIMENTOS GERAIS

06. Considere a seguinte notícia jornalística sobre as recentes eleições presidenciais na França, concluídas em maio deste ano, e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

“Foi eleito presidente há três dias e só assumirá o cargo no domingo, mas _____ já pôs de pernas para o ar o velho sistema de partidos na França. A primeira demonstração de acerto dessa visão foi sua vitória nas eleições presidenciais do domingo contra a líder da Frente Nacional, Marine Le Pen, que, como ele, se apresentava como uma política nem de esquerda nem de direita”. (Jornal El País, 11/05/2017, com adaptações).

- a) Emmanuel Macron.
 - b) François Hollande.
 - c) Jean-Luc Mélenchon.
 - d) François Fillon.
 - e) Nicolas Sarkozy.
-

07. Em relação aos demais países do mundo, o território brasileiro é notável pela sua grande extensão. Considere as alternativas abaixo e assinale a que apresenta APENAS países que possuem território MAIOR do que o brasileiro.

- a) China, Egito, Estados Unidos e México.
 - b) Argentina, China, Índia e Rússia.
 - c) Canadá, China, Estados Unidos e Rússia.
 - d) Austrália, Canadá, Estados Unidos e Índia.
 - e) China, Rússia, Índia e Portugal.
-

08. Leia a seguinte notícia sobre uma recente tensão internacional e assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

“A grande preocupação dos Estados Unidos e países vizinhos à _____, como Coreia do Sul e Japão, é com o poderio nuclear e militar do país comunista, que segue realizando testes de mísseis, apesar de ameaças de sanções. O governo americano diz que ativar um sistema de defesa antimísseis na Coreia do Sul. A _____, por sua vez, ameaçou afundar o porta-aviões americano deslocado para a região e prometeu realizar mais testes de mísseis”. (BBC Brasil, 02/05/17, com adaptações).

- a) China.
 - b) Coreia do Norte.
 - c) Índia.
 - d) Rússia.
 - e) Síria.
-

09. O período da ditadura militar no Brasil ocorreu entre os anos de 1964 a 1985, mas somente em 1989 foram realizadas novas eleições diretas para

a Presidência da República. Analise as alternativas a seguir e assinale a que NÃO apresenta um dos Presidentes do Brasil durante o Regime Militar.

- a) Artur da Costa e Silva.
 - b) Castelo Branco.
 - c) João Goulart.
 - d) Ernesto Geisel.
 - e) João Figueiredo.
-

10. Leia atentamente a seguinte descrição sobre a atual situação política de um país latino-americano e assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

“O Presidente do Congresso da Colômbia, senador Mauricio Lizano, afirmou na última terça-feira que a democracia na _____ acabou, instando o país vizinho a realizar eleições “livres e diretas” rapidamente. Os protestos contra o governo de _____ intensificaram-se particularmente desde o início de abril e transformaram-se, diversas vezes, em confrontos violentos, que resultaram em trinta e sete mortos até agora, de acordo com dados oficiais”. (Agência de Notícias Lusa, 10/05/2017, com adaptações).

- a) Argentina e Mauricio Macri.
 - b) Bolívia e Evo Morales.
 - c) Colômbia e Juan Manuel Santos.
 - d) Nicarágua e Daniel Ortega.
 - e) Venezuela e Nicolás Maduro.
-

QUESTÕES 11 A 15 - INFORMÁTICA

11. Trata-se da categoria de software que é responsável por gerenciar e controlar as operações do computador, além de ser responsável pelo suporte para a execução de programas de aplicação:

- a) Antivírus
 - b) Navegador
 - c) Ferramenta de Pesquisa
 - d) Sistema paralelo
 - e) Sistema operacional
-

12. Um arquivo de modelo de documento do Microsoft Word é um tipo de documento que cria uma cópia de si mesmo quando você o abre. Por exemplo, um plano de negócio é um documento comum. Em vez de criar a estrutura do plano de negócio desde o início, é possível usar um modelo com layout de página, fontes, margens e estilos predefinidos. Para CRIAR um documento nas configurações de margem, tamanho da página e orientação, estilos e outros formatos que deseja, é necessário salvar o documento com a seguinte extensão de arquivo:

- a) *.doc
 - b) *.xls
 - c) *.dot
 - d) *.pdf
 - e) *.jpg
-

13. Considere um texto inserido em uma célula de uma planilha que está sendo editada no aplicativo Microsoft Excel, e assinale a alternativa que contém a combinação correta de teclas de atalho que “desfazem uma alteração do conteúdo desta Célula”.

- a) CTRL + A
 - b) CTRL + Z
 - c) ALT + Z
 - d) ALT + C
 - e) CTRL + X
-

14. O Windows Explorer é uma ferramenta que permite organizar a estrutura de pastas e arquivos do usuário de um computador com sistema operacional Windows. Durante a definição ou alteração dos nomes de arquivos e/ou pastas, a utilização de alguns caracteres é proibida. Assinale a alternativa que contém apenas caracteres permitidos na nomenclatura de arquivos e pastas do Windows.

- a) à – ç – â – /
 - b) á – ç – â – /
 - c) ; – ã – \$ – *
 - d) ; – # – @ – %
 - e) : – # – @ – ?
-

15. Em muitos golpes aplicados na internet, os fraudadores tentam enganar suas vítimas utilizando uma técnica que envia e-mails não solicitados para um grande número de pessoas. Essa prática é considerada um tormento para os usuários de e-mail, além de impactar na produtividade de funcionários e degradar o desempenho de sistemas e redes. Esta técnica é conhecida como:

- a) Spam
- b) Cyberbullying
- c) Ransomware
- d) Firmware
- e) Open Source

QUESTÕES 16A50 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Acerca do controle e da atuação do Judiciário em tema de implementação de políticas públicas, considerando a jurisprudência do STF, é INCORRETO afirmar que:

a) Não se inclui, ordinariamente, na competência do Poder Judiciário a formulação e a implementação de políticas públicas, vez que tal atribuição compete, prioritariamente, ao Poder Executivo.

b) Emerge, na judicialização de temas de políticas públicas, o contexto das “escolhas trágicas”, em que há forte tensão entre a necessidade de concretizar direitos e a escassez de recursos estatais.

c) A constituição confere ao legislador uma margem substancial de autonomia na forma e medida em que o direito social deve ser assegurado, uma vez que a tomada de decisão quanto às possibilidades e aos meios de efetivação desses direitos já foi feita pelo constituinte originário.

d) A cláusula da “reserva do possível” - ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível - não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa, puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade.

e) A cláusula da vedação do retrocesso diz respeito à proibição de que haja diminuição ou extinção, sem medidas compensatórias, de forma infundada, portanto, no âmbito de efetivação de políticas públicas concretizadoras de direitos sociais.

17. Com base na Lei nº 13.300/2016, que regulamentou o mandado de injunção, é INCORRETO afirmar que:

a) a regulamentação insuficiente não impede, por si só, a concessão de mandado de injunção.

b) pessoas jurídicas podem figurar no pólo ativo em mandado de injunção.

c) a Defensoria Pública é uma das legitimadas a propor mandado de injunção coletivo.

d) o mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos mandados de injunção individuais.

e) a decisão em mandado de injunção, terá, como regra, eficácia ultra partes ou erga omnes.

18. Sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com fulcro na Lei nº 9.882/99 e na jurisprudência do STF, é INCORRETO afirmar que:

a) não se admite ADPF com o objetivo de revisão ou cancelamento de enunciado de súmula da jurisprudência do STF.

b) admite-se ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei municipal, ainda que anterior à Constituição.

c) o Prefeito Municipal é parte legítima para ingressar com ADPF.

- d) não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- e) a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.
-

19. A Constituição Federal estabelece competências comuns à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Assinale abaixo a única alternativa que NÃO expressa competência comum.

- a) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- b) Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- c) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- d) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
-

20. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sobre o CNJ, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do STF, é INCORRETO afirmar que:

- a) o CNJ tem atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar de todos os órgãos e tribunais do Poder Judiciário Nacional.
- b) o CNJ qualifica-se como instituição de caráter eminentemente administrativo, não dispendo de atribuições funcionais que lhe permitam fiscalizar, reexaminar e suspender os efeitos decorrentes de atos de conteúdo jurisdicional.
- c) o Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.
- e) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.
-

21. Sobre a constitucionalização do Direito Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Interpreta-se o Código Civil a partir da Constituição e não o contrário.

b) O Direito Civil Constitucional está baseado em uma visão fragmentária do ordenamento jurídico.

c) A dignidade da pessoa humana, como vetor axiológico fundamental da Constituição Federal, orienta não só o Estado, mas também os particulares, nas suas relações privadas.

d) O princípio da isonomia, em seu aspecto unicamente formal, não se mostra suficiente, sendo imprescindível a busca pela igualdade material ou substancial.

e) A constitucionalização do Direito Civil relaciona-se diretamente com a consagração da ideia da força normativa das normas constitucionais, não mais perdurando a concepção da Carta Constitucional como mera declaração política.

22. Sobre a classificação dos bens adotada pelo Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

a) As energias que tenham valor econômico, os direitos reais sobre bens imóveis e o direito à sucessão aberta são considerados bens móveis.

b) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que para nele se reempregarem, são considerados bens móveis.

c) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

d) O uso comum dos bens públicos deve ser gratuito.

e) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

23. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

a) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

b) Ocorre estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

c) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação e convalesce pelo decurso do tempo.

d) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.

e) O falso motivo não vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

24. Acerca da locação de imóveis urbanos, com fulcro na Lei nº 8245/91 e na jurisprudência do STJ, é CORRETO afirmar que:

a) as benfeitorias voluptuárias serão indenizáveis, não podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação.

b) admite-se mais de uma modalidade de garantia locatícia em um mesmo contrato (fiança e caução, por exemplo).

c) no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca.

d) o direito de preferência alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação.

e) o locador é obrigado a realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas pelo locatário, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos.

25. Sobre os contratos administrativos, é CORRETO afirmar que:

a) a empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório, ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, não poderá subcontratar a prestação do serviço objeto do contrato.

b) os contratos administrativos submetem-se a regime de direito público, não sendo possível a aplicação supletiva da teoria geral dos contratos de direito privado.

c) as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, vez que nos contratos administrativos vigora cláusula exorbitante que possibilita a alteração unilateral do ajuste.

d) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, devendo ser formalizados mediante a celebração de aditamento.

e) a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

26. Sobre o chamado “Terceiro Setor” e as entidades paraestatais, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os Serviços Sociais Autônomos, apesar de não integrarem a Administração Pública, recebem recursos públicos, provenientes das contribuições sociais, submetendo-se à exigência de licitação para a realização de compras e contratação de serviços.

b) O STF pronunciou-se pela inconstitucionalidade da hipótese de dispensa de licitação para a contratação entre o Poder Público e organizações sociais.

c) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos legais.

d) As organizações sociais, desde que preenchidos os requisitos legais, podem receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

e) A qualificação de uma pessoa jurídica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é ato vinculado, de forma que o pedido só pode ser indeferido na hipótese de a pessoa jurídica requerente desatender a algum dos requisitos legais.

27. Assinale, abaixo, a alternativa INCORRETA.

a) Viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.

b) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

c) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

d) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

e) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

28. Assinale, abaixo, a alternativa CORRETA.

a) A contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda poderá ocorrer mediante procedimento licitatório sob o tipo menor preço.

b) A administração pública deve conceder tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que isso não seja vantajoso para a administração pública ou represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

c) O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) aplica-se exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014 e de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais acima referidos.

d) A licitação pode ser dispensada para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, ainda que não inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

e) Na licitação para registro de preços admite-se, excepcionalmente, o julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

29. Sobre improbidade administrativa, de acordo com a jurisprudência do STJ, assinale, abaixo, a alternativa INCORRETA.

a) É admissível a concessão de liminar inaudita altera pars para a decretação de indisponibilidade e sequestro de bens, visando assegurar o resultado útil da tutela jurisdicional, qual seja, o ressarcimento ao Erário.

b) Não se exige demonstração de efetiva dilapidação do patrimônio pelo réu, a fim de que seja concedida medida de indisponibilidade de bens.

c) É possível que a indisponibilidade alcance bens adquiridos antes da prática do ato tido por ímprobo.

d) É desnecessária a individualização dos bens do réu no pedido de indisponibilidade de bens.

e) Em razão do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito social à moradia, constitucionalmente assegurados, não se admite que a indisponibilidade recaia sobre bem de família.

30. Sobre os honorários advocatícios, de acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a jurisprudência do STJ, é CORRETO afirmar que:

a) o tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, por exemplo, em recurso ordinário em mandado de segurança.

b) é possível que a parte sucumbente não seja a responsável pelo pagamento dos honorários advocatícios, em razão do princípio da causalidade.

c) quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data da intimação da sentença.

d) nos casos de perda do objeto, não são devidos honorários advocatícios.

e) não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.

31. Acerca da penhora, do depósito e da avaliação, de acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), é INCORRETO afirmar que:

a) tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

b) para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial.

c) não se procederá à avaliação quando se tratar de veículos automotores ou de outros bens cujo preço médio de mercado possa ser conhecido por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais ou de anúncios de venda divulgados em meios de comunicação, caso em que caberá a quem fizer a nomeação o encargo de comprovar a cotação de mercado.

d) quando não encontrar bens penhoráveis, o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica, desde que exista ordem judicial nesse sentido.

e) são impenhoráveis os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.

32. Assinale, abaixo, a alternativa CORRETA.

a) Não cabe reclamação constitucional contra decisão que desrespeita enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal - em matéria constitucional - ou do Superior Tribunal de Justiça - em matéria infraconstitucional.

b) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

c) Em razão do efeito vinculante atribuído pelo Código de Processo Civil às súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, não há diferença prática entre estas e as súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal.

- d) Não se admite a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, na hipótese de inexistir repetição em múltiplos processos.
- e) Não cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

33. Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) No mandado de segurança, não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens, ou pagamento de qualquer natureza.
- b) A tutela de evidência poderá ser concedida em caráter incidental, nunca antecedente.
- c) A tutela de urgência de natureza antecipada não poderá ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- d) O juiz poderá decidir liminarmente pedido de tutela de evidência na hipótese de ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- e) A concessão da tutela de evidência prescinde de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

34. Sobre a atuação da Fazenda Pública em juízo, é CORRETO afirmar que:

- a) não se admite a aplicabilidade de astreintes quando o devedor da obrigação de fazer ou não fazer for a Fazenda Pública.
- b) exige-se do titular do cargo de procurador de autarquia a apresentação de instrumento de mandato para atuar em juízo.
- c) não se admite que os honorários sucumbenciais devidos sejam pagos por meio de Requisição de Pequeno Valor e o principal por meio de precatório, na hipótese de condenação da Fazenda Pública.
- d) a participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- e) a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

35. Sobre a Ação Civil Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública versando sobre benefícios previdenciários, pois se trata de direito patrimonial disponível.

- b) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos.
- c) As autarquias, empresas públicas, fundações ou sociedades de economia mista são partes legítimas para propor ação civil pública.
- d) Como regra, os recursos em sede de ação civil pública possuem efeito suspensivo.
- e) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.

36. Analise os enunciados abaixo:

- I - A previdência social é regida pelo princípio da contributividade, no entanto, em algumas situações, é possível a concessão de benefícios previdenciários às pessoas em situação de miséria, independente de qualquer contribuição.
- II - O equilíbrio financeiro e atuarial é princípio constitucional informador da Previdência social.
- III - É possível que determinado regime previdenciário esteja financeiramente equilibrado - equilíbrio entre receitas e despesas - e, ao mesmo tempo, atuarialmente desequilibrado.
- IV - De acordo com o princípio da uniformidade e equivalência de benefícios entre segurados urbanos e rurais, constitucionalmente assegurado, veda-se tratamento diferenciado em favor das pessoas que laboram nas cidades ou nos campos.
- V - O princípio da distributividade diz respeito à obrigação de o legislador escolher quais riscos serão cobertos pela Previdência Social.

Assinale a opção CORRETA:

- a) são verdadeiros apenas os itens II, III e V.
- b) são verdadeiros apenas os itens II, III e IV.
- c) são verdadeiros apenas os itens II e III.
- d) são verdadeiros apenas os itens I, II e V.
- e) são verdadeiros apenas os itens I, III e IV.

37. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A concessão de aposentadoria de servidor público por invalidez com proventos integrais poderá ser concedida ainda que a doença incapacitante não esteja prevista na legislação de regência, uma vez que esse rol é meramente exemplificativo, dada a impossibilidade de serem previstas em lei todas as doenças.
- b) É possível que servidor efetivo ocupante de cargo em comissão seja aposentado compulsoriamente em razão de ter atingido a idade limite, mas permaneça no cargo comissionado que já desempenhava.
- c) Os titulares de serventias extrajudiciais, delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público, não se sujeitam à aposentadoria compulsória.

d) Na sistemática de cálculo dos benefícios previdenciários, não é lícito ao segurado conjugar as vantagens do novo sistema com aquelas aplicáveis ao anterior, porquanto inexistente direito adquirido a determinado regime jurídico.

e) Em processo perante o Tribunal de Contas da União cujo objeto seja a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário assegurar-se o contraditório e a ampla defesa, como regra.

38. Sobre o Regime Próprio de Previdência Social, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Município será equiparado a empresa e seus servidores a empregados, se o ente municipal não instituir regime próprio, de modo a sujeitar os servidores ocupantes de cargos efetivos ao Regime Geral de Previdência Social.

b) Há autorização constitucional para a cobrança de contribuição previdenciária de inativos, com previsão de imunidade para as pensões ou aposentadorias com valor não excedente ao teto do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social.

c) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser superior ao valor da contribuição do servidor ativo.

d) O ato de concessão de aposentadoria para os servidores públicos titulares de cargos efetivos é um ato complexo, formado pela manifestação de vontade da autoridade administrativa e do Tribunal de Contas respectivo.

e) O adicional de férias, o adicional noturno, o adicional por serviço extraordinário e a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor, são exemplos de adicionais ou vantagens que não integram a base de contribuição previdenciária.

39. Acerca da aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos, considerando as regras constitucionais e as regras de transição decorrentes das diversas emendas constitucionais que alteraram o regime previdenciário, considere as alternativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

a) Servidor que ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional 20/1998 poderá se aposentar de acordo com a regra de transição prevista no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com proventos integrais, desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos: 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher; 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos na carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria; idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de 60 anos para homem e

55 para mulher, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder os 35 anos de contribuição exigidos para os homens ou os 30 anos de contribuição exigidos para as mulheres.

b) Servidor que ingressou no serviço público antes da Emenda Constitucional 20/1998 poderá se aposentar de acordo com a seguinte regra de transição prevista no art. 2º da Emenda Constitucional 41/2003: idade mínima de 53 anos e 35 anos de contribuição para os homens e idade mínima de 48 anos e 30 anos de contribuição para as mulheres, não se lhes exigindo o cumprimento do chamado “pedágio”.

c) A integralidade remuneratória, extinta pela Emenda Constitucional 41/2003, consiste no direito dos inativos de terem os valores de seus benefícios reajustados pelos mesmos índices e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

d) O regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, por intermédio de entidades abertas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

e) De acordo com enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal, ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, requerer a aposentadoria.

40. Analise as assertivas abaixo sobre crédito tributário:

I - O lançamento tem natureza constitutiva quanto ao crédito tributário e declaratória quanto à obrigação principal.

II - Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

III - O lançamento do crédito tributário pode se dar de ofício, por declaração e por homologação. O Imposto de Renda de Pessoas Físicas é exemplo clássico de tributo constituído mediante lançamento por declaração.

IV - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não poderá ser alterado.

V - O depósito do montante integral, assim como a moratória, são causas de extinção do crédito tributário.

Assinale a alternativa CORRETA.

a) São verdadeiros apenas os itens II, III, IV e V.

b) São verdadeiros apenas os itens I, II e III.

c) São verdadeiros apenas os itens II e V.

d) São verdadeiros apenas os itens I, II e V.

e) São verdadeiros apenas os itens I e II.

41. Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, avalia-se o efeito confiscatório do tributo por meio de um exame da carga tributária representada por cada tributo, isoladamente.
- b) A imunidade tributária que proíbe a cobrança de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- c) O Supremo Tribunal Federal decidiu ser constitucional a contribuição previdenciária de inativos, sob o fundamento de que a retroatividade, nesse caso, seria justificável para atender ao princípio da solidariedade.
- d) O princípio constitucional da anterioridade diz respeito à garantia de que não se poderá instituir tributos, sem que haja a prévia inclusão na lei orçamentária anual.
- e) Atende ao princípio constitucional da legalidade a delegação - realizada por meio de lei em sentido formal - ao Poder Executivo de poderes para ele próprio, por meio de decretos, explicitar as hipóteses de incidência da norma tributária.

42. Sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), é CORRETO afirmar que:

- a) é lícito ao Município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- b) é firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da constitucionalidade da progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel, ainda que referida progressividade tenha sido estabelecida antes da Emenda Constitucional 29/2000.
- c) é constitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial em função do número de imóveis do contribuinte.
- d) é constitucional a lei do Município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.
- e) o IPTU pode ser progressivo em razão dos critérios tempo e valor, mas não em razão dos critérios localização ou uso do imóvel.

43. Sobre Direito Financeiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- b) Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as leis orçamentárias podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade.

c) São exemplos de receitas correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial ou de serviços.

d) A aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, classificam-se como investimentos.

e) Conforme a Lei Complementar 101/2001, a despesa com pessoal ativo e inativo dos Municípios não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

44. Acerca dos crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Funcionário público pode ser sujeito ativo do crime de desacato, vez que se trata de crime comum.

b) O delito de tráfico de influência é crime formal, de consumação antecipada, de modo que a obtenção da vantagem configura-se como mero exaurimento do crime.

c) Pratica o crime de desobediência aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

d) A discordância ou mesmo a indignação com a demora ou a ineficiência da prestação de serviço público, expressa verbalmente diante de funcionário público, não configura, por si só, o crime de desacato.

e) Aquele que importar ou exportar mercadoria proibida pratica o delito de contrabando.

45. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA, acerca dos crimes praticados contra a administração pública.

a) O princípio da insignificância não é aplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública, ainda que o valor seja irrisório, porquanto a norma penal busca tutelar não somente o patrimônio, mas também a moral administrativa.

b) Não se admite o agravamento da pena-base nos delitos praticados contra a Administração Pública com fundamento no elevado prejuízo causado aos cofres públicos, a título de consequências do crime.

c) Os advogados dativos, nomeados para exercer a defesa de acusado necessitado nos locais onde não existe Defensoria Pública, não são considerados funcionários públicos para fins penais.

d) Há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que, apesar de previstos em tipos penais distintos, são dependentes e a comprovação de um deles pressupõe a do outro.

e) A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder não justifica a majoração da pena-base.

46. Com base no Regulamento de Atuação do Comitê de Investimentos da Autarquia de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São José dos Pinhais – PREV-SÃO JOSÉ, é CORRETO afirmar que:

- a) as reuniões ordinárias do Comitê de Investimentos serão trimestrais, com a presença da maioria absoluta dos membros e as deliberações dar-se-ão por maioria simples dos presentes.
- b) o Comitê de Investimentos será presidido pelo Diretor Presidente do Prev-São José.
- c) o Comitê de Investimentos poderá ser convocado extraordinariamente exclusivamente pelo seu Presidente.
- d) a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração ficarão vinculadas às deliberações do Comitê de Investimentos.
- e) compete ao Diretor Administrativo e Financeiro do PREV-SÃO JOSÉ a elaboração de relatórios trimestrais detalhados sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo Prev-São José com títulos públicos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel, de acordo com a legislação vigente.

47. Acerca do benefício Auxílio Reclusão, de acordo com o Regulamento de Benefícios do Regime Próprio de Previdência, gerido pelo PREV-SÃO JOSÉ, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O início do benefício será fixado a contar da data do recolhimento do segurado à prisão, que será comprovada quando do requerimento efetuado pelos dependentes do segurado, que deverão instruir seu pedido com certidão do efetivo recolhimento à prisão, firmada pela autoridade competente.
- b) O auxílio reclusão será devido ao conjunto de dependentes do segurado recolhido à prisão, excluídos os que recebam remuneração, vencimentos ou proventos de inatividade.
- c) O auxílio reclusão consistirá em renda mensal equivalente a 2/3 (dois terços) da remuneração de contribuição e subsistirá enquanto perdurar o seu recolhimento à prisão.
- d) No caso de fuga, fica o beneficiário obrigado a comunicar imediatamente ao PREV-SÃO JOSÉ, ocasião em que o benefício será suspenso.
- e) Para fazer jus ao auxílio reclusão, a remuneração do segurado deverá estar suspensa e não poderá ser superior aos valores estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência para esse benefício.

48. Sobre os Procedimentos Relativos à Concessão dos Benefícios, de acordo com o Regulamento de Benefícios do Regime Próprio de Previdência, gerido pelo PREV-SÃO JOSÉ, é INCORRETO afirmar que:

- a) após a implantação do benefício, o PREV-SÃO JOSÉ encaminhará o feito ao Tribunal de Contas para análise e registro.
- b) reconhecido o direito ao benefício de aposentadoria requerido, o PREV-SÃO JOSÉ procederá ao respectivo cálculo e encaminhará o feito à autoridade administrativa do Município encarregada, que não se vincula à prática do ato, podendo requisitar ao PREV-SÃO JOSÉ, esclarecimentos ou mesmo revisão de procedimentos.
- c) o não reconhecimento, pela Diretoria Executiva do PREV-SÃO JOSÉ, do direito ao benefício ou à sua revisão, propiciará ao interessado, direito de recurso, o qual deverá ser dirigido ao Conselho de Administração do PREV-SÃO JOSÉ em até 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva comunicação do não reconhecimento do direito.
- d) reconhecido o direito ao benefício de pensão por morte, o próprio PREV-SÃO JOSÉ o implantará, expedindo e publicando o respectivo ato.
- e) os pedidos de aposentadoria, auxílio doença, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão serão dirigidos ao PREV-SÃO JOSÉ por intermédio das Unidades de Recursos Humanos às quais os segurados estejam vinculados.

49. Assinale a alternativa CORRETA, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais.

- a) O servidor em estágio probatório não poderá exercer função de direção, chefia e assessoramento.
- b) O prazo para o servidor entrar em exercício é de 03 (três) dias úteis, contados da data da posse.
- c) O adicional por tempo de serviço, concedido à razão de 1% (um por cento) por ano, passará a vigorar a partir do dia posterior ao primeiro ano de efetivo exercício.
- d) O auxílio refeição será concedido exclusivamente na forma de vale refeição.
- e) A administração deverá conceder ao servidor efetivo estável, quando solicitada, licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, não se computando o tempo de licença para nenhum efeito.

50. Com base no Estatuto do PREV-SÃO JOSÉ, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compete ao Conselho Fiscal aprovar o orçamento anual do PREV-SÃO JOSÉ e o Plano de Contas.
- b) A Diretoria Executiva do PREV-SÃO JOSÉ será composta pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Secretário Municipal de Administração.
- c) A Estrutura organizacional do PREV-SÃO JOSÉ, bem como suas alterações, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposição da Diretoria Executiva.

- d) Os Conselhos de Administração e Fiscal reunir-se-ão, ordinariamente, semestralmente, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros e, salvo exceção prevista em Regimento Interno, deliberarão por maioria simples dos presentes.
- e) A representação do PREV-SÃO JOSÉ é atribuição do Diretor Administrativo Financeiro.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30